> É [...] o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza do seu valor (id., ibid.).

O valor das mercadorias, expresso em termos monetários, é o seu *preço*. Mas a expressão aparente do valor não pode ser confundida com o próprio valor — como veremos adiante (Capítulo 6, item 6.2), nem sempre há coincidência entre *valor* e *preço*. O que importa assinalar, por agora, porque retornaremos a esse tema no Capítulo 3, é a estreita relação entre *trabalho* e *valor*: o primeiro constitui, no caso da riqueza social, a fonte primária do segundo.

Já mencionamos que a teoria do valor-trabalho foi abandonada há muito pelo pensamento que se contenta com a análise superficial da dinâmica econômico-social da nossa sociedade. Nos últimos trinta anos, a própria centralidade do *trabalho* vem sendo posta em questão por algumas correntes de peso nas Ciências Sociais: a partir da constatação estatística de dois fenômenos de muita visibilidade desde os anos oitenta do século passado — a redução dos contingentes de trabalhadores alocados à produção de bens materiais e o crescente desemprego que afeta praticamente todas as sociedades capitalistas contemporâneas —, teóricos de posições diversas sustentam, propondo soluções analíticas muito diferentes, que o trabalho já não se constitui mais como o eixo a partir do qual se organiza a vida social. Tornou-se frequente, nos meios acadêmicos, o discurso acerca do "fim do trabalho", do "fim da sociedade do trabalho", assim como a referência à "sociedade (ou economia) do conhecimento" — discurso geralmente associado às várias ideologias ditas pós-modernas.

Aqueles dois fenômenos (a redução da demanda de trabalhadores para a produção de bens materiais e o desemprego crescente) são perfeitamente compreensíveis quando se considera a dinâmica essencial da sociedade capitalista e, devidamente analisados, **não autorizam a desconsideração da centralidade do trabalho**. A redução do contingente de trabalhadores explica-se pelo formidável desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas, que exponenciaram a produtividade do trabalho (discutiremos *forças produtivas* e *produtividade do trabalho* no Capítulo 2, item 2.2); quanto ao extraordinário desemprego dos dias atuais, ele está diretamente ligado aos limites da sociedade burguesa, no interior da qual não há soluções que permitam inscrever todos os homens e mulheres aptos nos circuitos do trabalho

— sempre foi própria à sociedade burguesa uma *população excedente* (de que trataremos no Capítulo 5, item 5.4), agora levada a um extremo para o qual essa sociedade não tem outra proposta senão a do "terceiro setor" ou a pura e simples assistência social. E ambas as alternativas apenas sinalizam o quanto essa sociedade já não pode responder de forma progressista e humanizadora aos problemas que ela mesma engendra.

O fato de parte das Ciências Sociais, em face dos limites da sociedade burguesa, não contribuírem para a sua crítica, mas, ao contrário, colaborarem para desqualificar o trabalho como "um valor superado", esse fato é eloquente acerca da função legitimadora e apologética dessa parcela das disciplinas acadêmicas.

Sugestões bibliográficas

A discussão do trabalho como fundante do ser social está largamente desenvolvida na obra *Ontologia do ser social*, de G. Lukács, ainda inédita em português; mas seu argumento essencial está acessível na edição em castelhano de G. Lukács, *El trabajo* (Buenos Aires: Herramienta, 2005). Para essa discussão, assim como para os problemas da sociabilização e do indivíduo social, há que recorrer ao excelente livro de Sérgio Lessa, *Mundo dos homens. Trabalho e ser social* (São Paulo: Boitempo, 2002), ao ensaio de Antonino Infranca, *Trabajo, individuo, historia. El concepto de trabajo em Lukács* (Buenos Aires: Herramienta, 2005), à obra de Agnes Heller, *Sociología de la vida cotidiana* (Barcelona: Península, 1977) e ao conteúdo do item 1 de *Trabalho e indivíduo social*, de Marilda V. Iamamoto (São Paulo: Cortez, 2001). Tratamento relevante acerca da problemática do indivíduo é oferecido por Adam Schaff em *O marxismo e o indivíduo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967). No que toca à abordagem especificamente antropológica acerca da relação trabalho/humanização, ainda são de grande valia os estudos de V. Gordon Childe, *A evolução cultural do homem* (Rio de Janeiro: Zahar, 1966) e *O que aconteceu na história?* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981); também, aqui,